

Apresentação a uma história possível: a formação docente latino-americana

Nestes tempos em que se comemora meio século da publicação do livro *Les héritiers: les étudiants et la culture* de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1964), um estudo sobre o sistema de ensino na França que denunciou o papel da escolarização como reprodutora da sociedade e que colocou a formação profissional docente no centro da arena política, não é possível pensar mais as condições sociais sem refletir acerca da educação em um senso geral, e da docência em particular. Condições sociais atuais, que são sem dúvida o efeito de configurações passadas, estruturadas historicamente.

Este número especial da Revista Teoria e Prática, intitulado “História da formação docente: olhares latino-americanos”, coleta textos cujo escopo central é o lugar da política (educativa) nos discursos, nas práticas e nos saberes históricos referidos à profissionalização na América Latina.

Numa leitura transversal, os escritos aqui reunidos apresentam algumas das principais tensões que cruzam as análises da educação institucionalizada: a importância da vocação no ofício docente, a moral nas escolas atravessadas com éticas não necessariamente pedagógicas (religiosa, trabalhador, patriótica, etc.), as condições de trabalho e as condições dos trabalhadores, a retórica da inclusão ou da democratização como éticas da educação e da deontologia do profissional, a reprodução do sentido “acessório” do corpo, da diferença do gênero como condicionante e da infância como carência, entre outras.

Neste sentido de pretender ler o dossiê com as particularidades dos casos pesquisados pelos autores, mas também com as recorrências transversais, dividimos arbitrariamente os doze artigos que o compõem em três eixos. Um primeiro eixo que podemos chamar “Esboços (e esforços) para historiar a formação profissional na América Latina”, que inclui três textos: o escrito de María José Draghi, Martín Legarralde, Myriam Southwell e Alejandro Vassiliades – que se pode afirmar que funciona como introdução geral à problemática do dossiê – no qual intentam responder à pergunta acerca de si é possível realizar uma história da docência em nível latino-americano, explicando as heterogeneidades de cada país, mas também as semelhanças entre as distintas realidades escolares; e dois artigos que se focalizam nas experiências profissionais especificamente na Argentina e no Brasil, um de Madga Sarat, que coloca a dimensão da infância no centro da problemática, permeada pelas questões de gênero e da civilidade, e o de Morgana de Fátima Agostini Martins e Marta Liliana Sipes, que refletem sobre a “educação especial” e as possibilidades da inclusão na escolarização. Percebe-se que, neste primeiro bloco, os textos não estão focalizados no objeto histórico quanto numa forte aposta política, que induz a pensar o local como parte de um processo maior e a história como recurso para refletir genealógicamente o presente.

O segundo eixo, denominado “Práticas e experiências educativas latino-americanas na memória e na história”, está composto por seis escritos dedicados especificamente a observar uma problemática num contexto particular. O texto de Pablo Pineau y Alejandra Birgin apresenta uma análise genealógico das principais questões associadas ao ensino secundário na Argentina, dividindo o estudo em quatro posicionamentos docentes durante o século XX: uma “aristocracia professoral” ligada à formação das *elites*, a titulação dos professores em continuidade com o surgimento da legitimidade institucional, uma reconfiguração dos sentidos profissionais pelo

ingresso dos docentes nas condições de emprego e profissionalismo em oposição à fragmentação de ensino característica da década de 1990 neoliberalista. Eloisa Bordoli Rodríguez faz um incisivo exame político sobre os sentidos educativos que se disputaram na construção do Estado moderno do Uruguai, no final do século XIX, especificando o olhar nos discursos que interpretam a formação de professores “normalistas” como uma forma centralizada de disciplinar os corpos e estruturar uma nova sensibilidade, argumentada pela retórica do amor que torna a tarefa educacional num governo da alma da criança e o trabalho docente numa missão apostólica. Confrontando parcialmente a linha histórica deste dossiê, o artigo de Nunes Vieira, Bores e Fernandez Vaz utiliza como recurso teórico e metodológico a memória – em termos benjaminianos – para olhar as narrativas das professoras de uma creche sobre as suas próprias infâncias. Pesquisando as primeiras aprendizagens das pessoas encarregadas de fazer os primeiros ensinamentos, os autores estudam na “história oral” as experiências (corporais) das professoras. Felipe Andrés Zurita Garrido nos faz mergulhar na difícil tarefa de analisar sobre a formação de professores no período da última ditadura civil-militar no Chile, entre 1973 e 1990, para refletir sobre os interstícios onde se produzem práticas educativas libertárias, vocacionais e emancipatórias, num contexto altamente autoritário e disciplinador. De fato, o potencial de texto de Zurita é a possibilidade de reafirmar que toda educação implica uma violência simbólica e que toda escolaridade envolve sentidos verticais, posicionamentos de saber-poder e exercícios da autoridade, o qual não deve ser confundido com que as escolas *devem ser* autoritárias, violentas, elitistas, conservadoras e rígidas. O artigo de Érica Myeko Ohara Itoda, sobre uma experiência num colégio do estado do Paraná, focalizando a problemática do ensino de educação do campo, área hoje extremamente fundamental na formação não só de educadores do campo, mas de alunos a ela relacionados, tem em vista levá-los a compreender a sociedade e o lugar que nela ocupam. Fecha este bloco o artigo de Flávio Massami Martins Ruckstadter e Maria Cristina Gomes Machado, no qual analisam o projeto católico de Serafim Leite na primeira metade do século XX, que permite observar um enquadramento entre a própria história do jesuíta e a obra *Páginas de história do Brasil*, cujos discursos nos possibilitam compreender parte da história intelectual do Brasil nesses tempos.

Por último, o eixo “A formação profissional na educação dos corpos sul-americanos” engloba três artigos. Numa melodia semelhante ao trabalho de Bordoli, Paola Moro Dogliotti reflete sobre as tensões discursivas no ensino superior na primeira metade do século XX uruguaio, a partir das disputas entre os posicionamentos de “normalistas” e “tecnicistas” sobre como e porque formar profissionais em Educação Física, com a particularidade de que Dogliotti estabelece estabelecer essa reflexão como resultada da análise dos discursos de Jess T. Hopkins, um missionário da YMCA. Alejo Levoratti também estuda a formação dos professores de Educação Física, mas na Argentina entre 1912 e 1940, especificando o olhar nos debates sobre a incorporação dos esportes nos currículos. É importante notar que, em comparação a outros contextos latino-americanos, a inclusão nacionalmente centralizada dos esportes como conteúdo escolar – na segunda metade da década de 1930 – é relativamente tardia em comparação com os demais países latino-americanos, o que permite pensar a particularidade do caso argentino, mas também a generalidade naturalizada de que o esporte *é parte* da educação dos corpos escolarizados. No final, José Manuel Álvarez Seara analisa as instituições de formação de professores em Educação Física no Uruguai, especificando o olhar nos discursos desenvolvidos na transição da ditadura para a democracia, particularmente sobre aqueles referidos as relações de gênero.

Finalmente gostaríamos de assinalar algumas questões gerais da problemática histórica da formação profissional. Embora as particularidades dos contextos que podem ser lidas nos textos é preciso dar destaque às semelhanças discursivas e práticas nas formações profissionais brasileira, argentina, chilena e uruguaia analisadas, diferentes entre os países latino-americanos, mas também

entre as regiões de cada país. Apesar de que se falam idiomas diferentes, pode perceber-se nos artigos uma linguagem comum: a certeza de que a formação profissional constitui o gesto político de reprodução social por excelência.

Além disso, a relação entre a formação profissional e a vocação dos docentes é transversalmente observada pelos textos deste dossiê. Precisamente, dessa relação se evidencia o vínculo político do profissional com o exercício da sua profissão, com os relacionamentos da institucionalização do trabalho e as condições de emprego, dimensão geralmente esquecida quando se pensa a docência só como um discurso vocacionalmente moral e moralizante. Por último, assinalamos a existência, ainda neste dossiê, de uma constante confusão entre educação e escolarização, termos entendidos como iguais, uma sinonímia naturalizada que mesmo os pesquisadores não conseguimos quebrar de um modo interpelador.

Queremos finalizar agradecendo aos autores pelo esforço e a Revista “Teoria e Prática da Educação” pela possibilidade de adicionar um grânito de areia neste mar que nos liga.

Boa leitura! Buena lectura!

Eduardo Galak (CONICET/UNLP-UNDAV/ARG)

Marcília Rosa Periotto (UEM/PR-BRASIL)

